

IX ENCONTRO DA ABCP

Instituições Políticas

AS ORIGENS DA RADICALIZAÇÃO PARTIDÁRIA NO BRASIL (1954-64)

Saulo Said, Instituto de Estudos Sociais e Políticos (UERJ)

Brasília, DF
04 a 07 de agosto de 2014

AS ORIGENS DA RADICALIZAÇÃO PARTIDÁRIA NO BRASIL (1954-64)

Saulo Said, IESP-UERJ

Resumo do trabalho:

O trabalho tem como tema a radicalização partidária observada no governo João Goulart. Assumindo uma visão conciliatória das pesquisas de Argelina Figueiredo (1993) e Wanderley Guilgerme dos Santos (2003), reconhecemos na radicalização partidária o principal fator para a desestabilização do regime, que levaria ao golpe de 1964. Isso posto, a pergunta central da pesquisa é: que transformações na política brasileira criaram o contexto no qual as elites partidárias optam pela radicalização? A pesquisa sugere que a política brasileira passou por um processo de ideologização desde a campanha eleitoral de JK, que redundaria na criação de facções ideológicas e frentes parlamentares. Estas, por sua vez, pautariam o debate público e colocariam em pauta questões altamente conflitivas (como a reforma agrária) e ao fim dos anos 1960 os partidos precisavam se posicionar claramente sobre tais questões. Desse conflito interno é que nasce a opção de radicalização. O argumento é construído em duas etapas, sendo a primeira histórica e a segunda uma análise desagregada das principais votações ocorridas durante o governo João Goulart.

Palavras chave: Instituições Políticas, Política Brasileira, Golpe de 1964, radicalização partidária

Cinquenta anos depois, o golpe civil-militar de 1964 ainda desperta grande interesse e polêmica. Evento crucial na história brasileira no século XX, o golpe deu origem a um ciclo de vinte e um anos de autoritarismo, marcado pela repressão política (incluindo centenas de mortes e torturas) cerceamento de liberdades civis e pelo crescimento econômico com concentração de renda.

Seguindo a interpretação do historiador Rodrigo Motta, o que de fato desperta polêmica no âmbito acadêmico não é a descrição factual do golpe, mas sim a explicação e interpretação da crise que antecedeu a intervenção militar (cf. MOTTA, 2004, 179)¹.

O presente trabalho se insere dentro desse esforço de explicação e interpretação do golpe de 1964. Em resumo, assumimos que a principal explicação para o golpe se encontra dentro da esfera institucional, mais especificamente a radicalização partidária. Entretanto, a origem dessa radicalização ainda não foi objeto de investigação. O objetivo deste trabalho é apontar qual era o quadro político no momento da radicalização, sua origem histórica, as motivações dos atores que a promoveram e suas consequências para a estabilidade do regime.

O trabalho está organizado da seguinte forma. Na primeira sessão, apresentamos um apanhado da literatura sobre o golpe, onde explicitamos porque escolhemos a corrente político-institucional. Na segunda sessão, apresentamos uma narrativa histórica das transformações do sistema partidário brasileiro, dividindo-o em três fases: a personalista (1945-54), a faccionalizada (1955-60) e a partidarizada (1961-4). Nesta última, incluímos também uma análise desagregada das votações nominais no governo João Goulart, com foco sobre a coesão partidária e sobre as coalizões legislativas formadas em cada matéria. Na conclusão, resumimos os achados da pesquisa e apresentamos um juízo sobre os eventos de 1964.

Por que a explicação político-institucional?

Nossa classificação divide as explicações entre estruturais, intencionais e político-institucionais, sendo as duas primeiras já presentes na classificação de Figueiredo (1993). Criamos essa categoria para enquadrar o trabalho de W. G. dos Santos (que a autora classificara como estruturalismo político) e a teorias das alternativas democráticas, da própria autora.

¹ Para um apanhado da produção bibliográfica sobre o tema recomendamos os trabalhos de Lucília Delgado (2010) e Carlos Fico (2004). Embora não concordemos inteiramente com a classificação das teorias (propostas pelos autores), os trabalhos cobrem com competência o que de mais relevante se produziu sobre o tema.

A corrente *estrutural* pode ser caracterizada pela associação entre as *transformações econômicas* a mudanças no *regime político*. O modelo de desenvolvimento substitutivo de importações aprofundou a urbanização, industrialização e o aumento da desigualdade², gerando contradições que evidenciavam o esgotamento do modelo econômico. O processo de acumulação tornava necessárias a superação da democracia populista e adoção de formas autoritárias de resolução do conflito político.

Explorando uma série histórica mais longa, concluímos que (na melhor das hipóteses) crises econômicas contribuem para mudanças de regime (não sendo, contudo, determinantes). A teoria deveria prever que a transição para a democracia ocorresse em 1981, quando o país vivia uma alta recessão (-6,4%). No entanto, a transição só ocorre em 1985, justamente quando a economia não só crescia como dava sinais de recuperação em relação ao triênio 1981-83. Seguindo o mesmo raciocínio, 1989 deveria ter sido um ano de ruptura na democracia nascente, já que era alta a recessão e o país conhecia a hiperinflação.³ Por fim, crise econômica semelhante a de 1963-4 (na realidade, muito mais grave), ocorreu no período 1991-1993. O país voltaria a crescer nos anos seguintes e controlaria a hiperinflação, mantendo o regime democrático.

Entre as *teorias intencionais*, destacamos a *teoria conspiratória*. René Armand Dreifuss segue o rastro da conspiração nacional e internacional para desestabilizar o governo João Goulart. Através do complexo que incluía o Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, a Escola Superior de Guerra (ESG), políticos conservadores, empresários e militares desestabilizaram o governo João Goulart, a serviço das classes dominantes nacionais associadas com o capitalismo multinacional.

Essa corrente falha ao considerar a conspiração como suficiente para o sucesso do golpe, tratando os conspiradores como onipotentes (cf. FIGUEIREDO, 1993). Ignoram os fatores que estimulam ou constroem a ação dos golpistas. Nas palavras de Jorge Ferreira:

Ora, desde 1954 grupos conservadores brasileiros tentavam golpear as instituições: em agosto daquele ano, em novembro de 1955, em duas tentativas

²Os autores estruturalistas não apresentam nenhuma evidência sistemática do aumento da desigualdade. Um indicador indireto da desigualdade é o percentual da renda nacional disponível correspondente a remuneração do trabalho. Segundo dados do IBGE, entre 1950 e 1960, essa parcela só aumentou, saltando de 41% para 46% da renda nacional; o auge da remuneração do trabalho foi, justamente, no período JK, sobretudo no triênio 1956-58. Fonte. IPEADATA, Distribuição de Renda, Estrutura da conta de apropriação da Renda (em %) - 1939, 1947/1982. Disponível no sítio: "<http://seculoxx.ibge.gov.br/>".

³Fonte. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA), Produto Interno Bruto – Variação Anual (%). Disponível no sítio: www.ipeadata.gov.br.

no governo Juscelino e uma decisiva em agosto de 1961. Não conseguiram. Não encontraram apoio na sociedade para o golpe. Em outras palavras, não basta conspirar, mesmo que com o apoio de potências estrangeiras. É preciso encontrar uma ampla base social para levar a conspiração adiante. (FERREIRA, 2010: 347).

Outra vertente da explicação intencional é a teoria de Caio Navarro de Toledo (2004). Para o autor, o que ocorreu em 1964 foi um golpe contra as reformas e contra a democracia (em vias de ampliação). O autor chega a reconhecer que o golpe, “veio, pois, coroar as tentativas anteriormente fracassadas” de intervenção de militares e políticos e classes conservadoras. Se sua teoria acerta ao explicar os motivos que levaram setores direitistas a depor Jango (que já conspiravam, segundo o próprio autor, desde 1950), não explica a adesão de diversos outros setores que estiveram do lado da democracia, em outros contextos⁴. Entendemos que a formação de uma coalizão política e social contra Jango só pode ser compreendida pelo estudo das situações que levaram o presidente a apostar na mobilização social, por motivos que exploraremos adiante.

Por fim, chegamos a explicação *político-institucional*, que inclui W. Guilherme dos Santos, Argelina Figueiredo. Segundo a teoria das *alternativas democráticas*, defendidas por Argelina Figueiredo, a questão central para compreender o golpe é por que Jango adere a estratégia do confronto⁵, isto é, o apelo a organizações populares para pressionar o congresso a aprovar as reformas. Para a autoria, a opção de Jango em março de 1964 é o resultado cumulativo de diversos fracassos na tentativa de aprovar as reformas pelo congresso. A cada fracasso, estreitam-se as opções disponíveis ao presidente até que, em março, só restava ao presidente apelar para mobilização popular.

No congresso, o PSD rompe com o governo e elege, em protesto, Auro Moura Andrade como presidente do Senado. Disseminam-se boatos acerca das intenções constitucionais de Jango, alimentada pela aversão de setores conservadores à uma democracia mais participativa.

Em 21 de março, o Gen. Castelo Branco lança um memorando com reflexões a respeito das propostas do presidente (refletidas na mensagem ao congresso). No campo militar, o estopim seria a demissão do ministro da Marinha, Almirante Mota, o qual estava determinado a punir os marinheiros amotinados no Sindicato dos Metalúrgicos. O novo

⁴ Chamamos atenção para o caso emblemático de Pedro Ludovico. Quando governador de Goiás, em 1961, chegou a oferecer as armas de seu estado para defender Jango. Em 3 de abril de 1964, o agora senador Ludovico discutia ríspidamente com o petebista amazonense Arthur Virgílio (defensor de Jango). Ludovico, agora, defendia ardorosamente o golpe.

⁵Nas palavras de Jorge Ferreira: “Com o evento [Comício da Central] a aliança do governo com o movimento sindical urbano, com os trabalhadores rurais e as esquerdas, notadamente o PCB e ala radical do PTB, estava selada” (FERREIRA, 2010: 382).

ministro da Marinha anistiar os envolvidos. Jango afrontara uma questão definidora das forças armadas e, assim, encorajou os golpistas e inibiu a defesa de militares legalistas e/ou nacionalistas (SKIDMORE, 1982: 358-9)

Figueiredo argumenta que em pelo menos duas ocasiões eram reais as chances de aprovação das reformas, ambas perdidas devido a radicalização dos atores. Em 1962, quando radicalização ainda não havia tomado conta do sistema e o primeiro ministro, o primeiro-ministro Tancredo Neves em discurso e projetos, defendia as reformas. Entretanto, Jango e o PTB preferiram se concentrar no retorno ao presidencialismo e nas eleições de 1962, respectivamente.

A segunda oportunidade perdida ocorreu na discussão do projeto de emenda constitucional da reforma agrária petebista. Nesse contexto, cabe destacar a postura inflexível do PTB e a mudança de posição da UDN, em fins de abril, que passa a se opor radicalmente a qualquer emenda constitucional (anulando o apoio de parte da sua bancada ao projeto). Sumarizando, sem a radicalização partidária, uma reforma poderia ser efetivamente aprovada e Jango não precisaria desistir da negociação partidária nem precisaria aderir à mobilização popular.

A outra vertente das teorias político-institucionais é a *paralisia decisória*, defendida por Wanderley Guilherme dos Santos. Para o autor, os militares derrubaram um regime político tecnicamente inoperante e, portanto, altamente propenso a quebra da legalidade constitucional. No plano legislativo, se observou uma avalanche de projetos apresentados e uma decrescente capacidade de aprová-los (tanto em termos proporcionais como em termos absolutos). O regime não conseguiria dar respostas para as principais questões políticas da época (SANTOS, 2003, 217-30). O governo, por sua vez, experimentava alta instabilidade, decorrente das tentativas de Jango no sentido de encontrar uma coalizão capaz de sustentar sua agenda legislativa (IBID, 309-26). Essa instabilidade governamental se traduz na quantidade de substituições que o Executivo é levado a fazer nas chefias dos ministérios e agências para tentar formar coalizões efetivas no plano legislativo. Com efeito, o autor prova que, nesse sentido, o governo Jango foi o mais instável daquela experiência republicana.

Para o autor, esse quadro de paralisia só foi possível graças a um tipo de sistema partidário caracterizado como pluralismo polarizado, que substituiu um sistema caracterizado como pluralismo moderado, vigente até 1959 (ibid, 199). Para chegar a esse quadro, o autor elenca três fatores: a radicalização, a fragmentação e a desintegração do centro político. Desses fatores, contudo, a fragmentação não era propriamente uma novidade: inexistem

alterações de vulto entre a legislatura iniciada em 1959 e a iniciada em 1963. A novidade, nesse sentido, não estaria na fragmentação partidária em si, mas sim na dispersão de poder político entre os blocos partidários (ordenados pela ideologia, dentro do contínuo esquerda-direita) (ibid, 250-8). A partir de 1963 os polos tornam-se mais poderosos (juntos formam a maioria) e isolados são tão fortes quanto o centro. Com a fragmentação do centro, os polos não conseguem formar maiorias e coalizões ad hoc são formadas apenas para rejeitar projetos, mas não a favor de outras iniciativas (que é a definição de radicalização adotado pelo autor).

Entretanto, os autores não se propõem a explicar a origem dessa radicalização. Afinal, a política não acordou, subitamente, radicalizada. A radicalização foi uma escolha diante de um contexto histórico específico. Somente pela compreensão desse contexto podemos compreender o que os atores esperavam ganhar enverando por esse caminho.

A narrativa histórica da radicalização partidária

Nesta seção, apresentaremos uma narrativa histórica da radicalização partidária no Brasil. Afinal, o sistema não acordou, subitamente, radicalizado. *Nosso argumento é que a campanha eleitoral de JK e suas políticas colocaram o tema do desenvolvimento econômico tanto na agenda do governo, como no centro do debate público.* Essa nova agenda política desenvolvimentista enseja a criação de facções progressistas no interior dos maiores partidos e também da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). No fim do governo, esses grupos ideológicos ganham autonomia e pautam questões conflitivas que não faziam parte da agenda do presidente. Na medida em que tais questões adquirem apelo popular, os partidos são instados a tomar posições claras. O resultado é que os partidos reforçam a disciplina partidária (senão em nível geral, pelo menos nas votações mais importantes) e apostam na radicalização para obter resultados eleitorais. Para desenvolver esse argumento, dividimos a atuação dos partidos na República de 1946 em três fases: a personalista (1945-54), a faccionalizada (1955-60) e a partidarizada (1961-64).

a) A fase personalista. A eminente vitória dos aliados na segunda guerra mundial animou a oposição à ditadura estadonovista, tanto no seio das elites como nas forças armadas. Em fevereiro de 1945, Vargas anuncia que dentro de 90 dias seria promulgada a legislação que iria reger as eleições presidenciais a serem realizadas no mesmo ano (cf. SKIDMORE 1982: 77).

O quadro partidário nascente seguia a clivagem dos “de dentro” versus os “de fora” (cf. SKIDMORE, 1982: 80-9). Os “de dentro” compreendiam os setores que apoiaram e foram apoiados por Vargas durante o Estado Novo, formando o Partido Social Democrático

(PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O PSD abrigava os antigos interventores nomeados por Vargas (e, com eles, os políticos situacionistas apoiados por eles no nível municipal); partido com alta capitalização no país e especialmente forte no meio rural (cf. SKIDMORE 1982: 73-89).

A criação do PTB, por seu turno, foi apoiada por Vargas com o intuito de angariar apoio no meio urbano e difundir o ideário varguista (trabalhismo, nacionalismo e a mítica do pai dos pobres). Seus primeiros líderes e dirigentes eram oriundos, principalmente, da burocracia do Ministério do Trabalho, além de empresários nacionalistas. Vargas dominava totalmente a cena política e sua opinião era frequentemente mais relevante que a da própria direção nacional do partido (cf. SKIDMORE, 1982: 80-9). Ambas as agremiações, PSD e PTB, apoiariam a campanha do Gen. Eurico Dutra.

Os “de fora”, especificamente a União Democrática Nacional, era uma verdadeira frente política reunida pela aversão a Vargas. Entre estes estavam liberais, Esquerda Democrática (que mais tarde daria origem ao Partido Socialista Brasileiro), oligarcas destronados pelo Estado Novo entre outros. No pleito de 1945, escolheram a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes.

A Aliança entre PSD e PTB identificaria a campanha de Dutra com o trabalhismo e o varguismo. Aproveitando-se da imagem de Vargas como protetor dos pobres, a campanha de Dutra conseguiu atribuir a si a defesa dos “marmiteiros” e cravar sobre Eduardo Gomes a pecha de candidato dos “grã-finos”. (DELGADO, 1989: 62-7). O pleito realizado no dia 2 dezembro selaria a vitória do Marechal Dutra, com 55% dos votos. Em troca do apoio eleitoral, o PTB receberia o Ministério do Trabalho no governo Dutra.

Nas eleições presidenciais de 1950 a UDN concorreria novamente com o brigadeiro Eduardo Gomes e o PSD, dividido entre a facção “dutrista” e a ‘varguista’, lança a candidatura de Cristiano Machado. Ainda em 1946, Dutra promove uma guinada a direita, através de uma reforma ministerial que exclui o PTB e inclui a UDN e o Partido Republicano (PR). A “cristianização” do candidato pessedista foi o resultado da divergência entre Dutra e o diretório nacional (que pretendiam uma candidatura própria, mais a direita), de um lado, e políticos leais a Vargas nos diretórios regionais, que apoiaram o ex-presidente e/ou ignoraram a candidatura de Machado. No pleito ocorrido em 3 de outubro de 1950, Vargas é eleito presidente com 48% dos votos. (cf. HIPÓLITO, 1985: 69-72)

Eleito, Vargas convida João Cleófas, udenista pernambucano, a ocupar o Ministério da Agricultura; o cargo tinha o claro objetivo de cooptar os chamados “chapa branca” da UDN, políticos suscetíveis a sedução clientelista. O presidente não aproveitaria o governo

para fortalecer o PTB, preferindo, ao contrário, estreitar os laços com o PSD. O mote desse acerto partidário era criar um governo de conciliação nacional. Nas palavras de Lucília Neves Delgado:

Ao compor um ministério fragmentado e diluído entre diferentes organizações partidárias, Getúlio (...), em coerência com seu autoritarismo estrutural e com seu perfil apartidário (..) estava não somente buscando enfraquecer os partidos, mas destacando o governante, enquanto figura central das articulações políticas. (NEVES DELGADO, 1989, 102).

Para a construção do nosso argumento, é imperioso reforçar esse ponto: desde a formação dos principais partidos, as suas bandeiras, as suas divisões, as disputas presidenciais e as alianças daí decorrentes, tudo orbitava em torno de Getúlio Vargas.

b) A atuação das facções. Juscelino Kubitschek de Oliveira ingressou na carreira política durante o Estado Novo, graças as suas relações com o interventor mineiro Benedito Valadares, ainda sob o Estado Novo. Eleito governador de Minas Gerais em 1950, implementaria um programa de desenvolvimento baseado no aumento da produção de energia e na melhoria do transporte, na construção de postos de saúde e aumento da rede pública de ensino. Bem avaliado em um dos maiores colégios eleitorais do país, estava pavimentado o caminho para a sua candidatura presidencial em 1955 (SKIDMORE, 1989, 203-4).

Nas palavras de Celso Lafer (2002: 27), “Kubitschek foi o primeiro candidato eleito presidente a fundamentar sua campanha eleitoral em torno das questões do planejamento como solução para os problemas brasileiros”⁶. O autor refere-se ao Plano de Metas, que foi ao mesmo tempo o plano de governo e guia para a campanha eleitoral de Juscelino Kubitschek. O plano tinha por objetivo ampliar a capacidade produtiva do país e continha metas nas áreas de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação; o setor público se comprometia a realizar investimentos e gerava incentivos para que a iniciativa privada também ampliasse a produção. A construção de Brasília se tornaria a meta síntese do Plano, considerando o seu papel na integração nacional.

O novo estilo político, inaugurado por JK, repercutiria no PSD. Uma nova geração de políticos pessedistas, a Ala Moça, reivindicava uma renovação do partido, certos de que a modernização do país tornaria caduco o velho estilo político dos interventores. Juscelino

⁶Vale citar o depoimento de José Joffly: “‘linguagem do desenvolvimento’, matizada por números, metas e estatísticas, não fazia parte do estio da época. Não esteve presente, por exemplo, nas duas campanhas presidenciais que antecederam a de JK, as de Dutra e Vargas”. (MOREIRA, 159). Ver também Hipólito (1985: 139).

Kubitschek seria o elemento aglutinador dessa facção partidária, segundo inúmeros depoimentos dos próprios fundadores do grupo⁷.

As primeiras ações da Ala Moça foram o engajamento na campanha de JK e a defesa da posse do presidente eleito. Renato Archer, membro da facção, foi um dos principais interlocutores do Gen. Henrique Lott quando este preparava o golpe preventivo de novembro de 1955 (HIPÓLITO, 1985: 155-60). Sem o apoio do legislativo, que a Ala Moça fomentara, o legalista Lott não teria dado o golpe preventivo que garantiu o resultado das urnas.

O grupo rapidamente ganhou notoriedade dentro do partido, apesar de seu tamanho reduzido (oscilou entre 9 e 11 deputados). Nas palavras de Hipólito:

Em 12 de maio, Ulisses Guimarães é eleito presidente da Câmara. Vieira de Melo é confirmado na liderança da maioria e do PSD; Oliveira Brito assume a presidência da Comissão de Constituição e Justiça; Leoberto Leal e José Joffily são os novos vice-líderes da maioria, e Cid Carvalho e Nestor Jost são vice líderes do PSD. (HIPÓLITO, 1985: 161)

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955, também desempenharia um papel importante na ideologização da política brasileira. Para os isebianos o desenvolvimento do país passava pela sua industrialização acompanhada da expansão do mercado interno, que superaria o status agroexportador da economia nacional. Os grandes adversários da modernização da economia seriam as classes arcaicas (sobretudo os latifundiários) e esse poderoso grupo só poderia ser derrotado por uma aliança entre as classes dinâmicas (classes médias, camponeses, burguesia e operariado urbano). Tal aliança seria forjada pela *ideologia nacionalista*, cuja disseminação era a missão do ISEB.

O ISEB exerceria enorme influência no debate público (GORENDER, 2003: 307; SKIDMORE, 1982: 211). Suas palestras e conferências eram acompanhadas por jovens universitários e políticos (sobretudo da Ala Moça⁸ e da Frente Parlamentar Nacionalista) (DELGADO, 1994: 68). Os intelectuais isebianos também tinham contato direto com o alto escalão do governo e chegavam a influir na nomeação de ministros (MOREIRA, 2010: 164).

⁷ Sobre o surgimento da Ala Moça, declara João Pacheco Chaves (político paulista, membro da facção): "Acredito que duas coisas tenham ajudado. Primeiro a idade: com dois grupos com faixas etárias bem diferentes, é natural que os moços se reúnam e tenham pontos de vistas mais ou menos parecidos. (...) Segundo, encontrou-se no Juscelino o fator de união desse grupo, que se encontrava pela primeira vez. (apud, HIPÓLITO, 1985: 156).

⁸ O deputado Cid Carvalho, da Ala Moça, havia participado do grupo de Itatiaí, que fora o embrião do ISEB, ao qual continuou ligado. Conforme Hipólito (1985: 166): "A Ala Moça pretende constituir-se no principal canal de transformação das ideias formuladas pelo ISEB em propostas políticas".

Dentro do PTB também surgiria uma facção progressista, o “grupo compacto”. Não se pode, contudo, atribuir o seu surgimento ao governo JK. A morte de Vargas, como previam analistas⁹, permitiu que o partido superasse o papel de difusor do mito varguista e adotasse uma feição programática: o reformismo. Um grupo de jovens, sem carreira prévia no Ministério do Trabalho e afeitos a atividade intelectual, desponta no partido (entre eles, João Goulart, Leonel Brizola, Bocaiuva Cunha para citar os mais famosos). Se a política de JK não os criou, sem dúvida forneceu um terreno fértil para a sua atuação.

Dentro da UDN, jovens parlamentares já atuavam na Frente Parlamentar Nacionalista e fundariam a ala “Bossa Nova”. O grupo se organizaria em 1959 em defesa da campanha de Jânio Quadros e seria apresentado ao partido em abril de 1961, entre eles, José Sarney e José Seixas Doria (BENEVIDES, 1981: 115). Sandro Coelho evidencia que esse processo de renovação também ocorreria dentro do Partido Democrata Cristão (PDC), quando ingressam no partido membros da Vanguarda Democrática (entre os mais famosos, Franco Montoro e Plínio de Arruda Sampaio), que promoveriam uma revisão programática do partido, tornando-o mais ideológico e esquerdista (COELHO, 2003: 209-11)¹⁰.

A Frente Parlamentar Nacionalista, peça importante na ideologização da política brasileira, surgiria durante a CPI da Energia Atômica, criada após denúncias do deputado Renato Archer, membro da Ala Moça (HIPÓLITO, 1985: 166). A Frente reunia parlamentares do PTB (em maior número) seguidos pelo PSD, UDN e integrantes de pequenos partidos de esquerda e, entre esses, se destacaram justamente os membros das facções progressistas¹¹. O FPN reunia parlamentares identificados com a o nacionalismo econômico e/ou com o desenvolvimentismo e sua função era defender projetos com essa orientação. Delgado conclui que “os parlamentares haviam se filiado à FPN por inexistência de coesão programático-ideológica em seus partidos de origem” (1994: 67) opinião que endossamos.

Cabe perguntar qual o efeito das facções da FPN sobre a agenda de JK e sobre o funcionamento dos partidos. Durante o governo JK as facções e a FPN não alteraram nem a dinâmica interna dos partidos nem foram determinantes na aprovação da agenda do governo JK. Com a exceção do PTB, os parlamentares membros das facções longeestavam

⁹ Na feliz frase de Fernando Ferrari, um dos precursores do reformismo no PTB: “Deixemos que o Presidente passe...depois, se possível, faremos um partido” (in: DELGADO, 1989: 62)

¹⁰ A pesquisa de Sandro Coelho não permite vincular, diretamente, o surgimento dessa ala no PDC e as políticas implementadas por JK. Entretanto, datam da mesma época e, dificilmente, foram alheias a questão do desenvolvimentismo no período JK.

¹¹ A relação entre as facções e a FPN é complexa. Nos caos da UDN e do PDC, aparentemente, atuação na Frente ensejou a organização das facções partidárias. Nos demais casos, os membros das facções fundariam FPN.

de formar maioria dentro de seus partidos; A FPN era muito reduzida para sustentar, sozinha, as iniciativas desenvolvimentistas. Que arranjo partidário, afinal, garantiu a governabilidade e a aprovação da agenda presidencial no período em questão?

A resposta encontra-se na pesquisa de Maria Isabel Valadão Carvalho¹², que refuta a tese da aliança PTB-PSD como fiadora da estabilidade política no período. Para citar os principais resultados, a coalizão entre PSD-PTB-PSP-UDN foi simplesmente a mais comum no governo JK (43% das votações). A maioria da UDN teve o mesmo posicionamento da maioria do PTB, da maioria do PSD ou de ambos os partidos em 65% das votações. Coalizões formadas pela maioria do PSD e do PTB, com oposição da maioria da UDN, ocorreram em apenas 34% das votações.

Nossa interpretação é que o desenvolvimentismo de JK encerrava uma estratégia de baixo conflito político, na medida em que conseguia favorecer a indústria (tanto empresários como trabalhadores, vide a nota 5) sem o prejuízo da agropecuária, como notou Vânia Losada (2010: 182-189). Os únicos segmentos sociais prejudicados pela sua política foram os camponeses e indígenas que residiam no perímetro da nova fronteira agrícola, isto é, nas regiões Norte e Centro-Oeste; essas populações foram vítimas de violências, assassinatos e da grilagem. Na prática, porém, esses segmentos representavam uma fração diminuta da população rural, tendo em vista a concentração da população brasileira nas regiões litorâneas do Nordeste, Sudeste e Sul do país.

Os antigos agrupamentos que controlavam os partidos, geralmente conservadores ou sem ideologia clara, não estiveram na trincheira oposta aos novos atores descritos nesse capítulo. As políticas pouco conflitivas de JK não propiciaram o confronto nem a radicalização; a marca do período foi a convivência.

c) Partidarização. “No início da década de sessenta”, afirma Sandro Coelho, “muitos temas controversos entraram na agenda política nacional, forçando os partidos a assumir posições ideológicas mais claras, como foi o caso do PDC” (COELHO, 2003, 211). Os atores políticos na época acreditava que partidos que não conseguissem se posicionar claramente sobre as questões do desenvolvimento tenderiam a perder espaço (interpretação que julgamos correta). Entretanto, uma mensagem clara só seria passada através da *consolidação* dos partidos. Por consolidação entendemos medidas que aumentem a disciplina partidária, o que na prática implica na restrição da liberdade dos parlamentares individuais ou facções e

¹² O trabalho é a sua dissertação de mestrado intitulada “Acolaboração do legislativo para o desempenho o desempenho do executivo no governo JK”. Os dados foram reproduzidos por Santos (2003).

em favor de uma das correntes do partido. (Mais adiante propomos uma medida para avaliar a coesão partidária).

No fim do governo JK a polêmica sobre a presença crescente do capital estrangeiro na economia seria crucial para a radicalização política. Camuflados dentro do nacional-desenvolvimentismo, emergiriam duas correntes de pensamento: os nacional-desenvolvimentistas e os nacionalistas radicais. Para os primeiros, com tendência mais liberal e identificados com JK, o essencial era o crescimento econômico e a industrialização do país, mesmo que com a presença de investimento estrangeiro. Para os nacionalistas, a presença do capital estrangeiro era inaceitável e colocava o país novamente na relação de dependência em relação as potências capitalistas¹³.

Além disso, enquanto os nacional-desenvolvimentistas centravam-se na agenda da industrialização, os nacionalistas radicais iriam além, defendendo um conjunto amplo de reformas para melhorar as condições de vida dos trabalhadores urbanos e rurais. Daí a centralidade da reforma agrária para os nacionalistas (MOREIRA: 2010, 159-76).

A renúncia de Jânio Quadros¹⁴ em agosto de 1961 mudaria os rumos do debate. A questão para os nacionalistas não seria mais ampliar seu peso eleitoral para promover mudanças, já que João Goulart assumiria a presidência. A controvérsia entre os trabalhistas, agora, era a estratégia para a implementação das reformas. Para os nacionalistas radicais — que encontrariam em Brizola sua liderança — o presidente deveria se comprometer com um plano radical de reformas (FERREIRA, 2010: 354-5). Acreditavam que a mobilização popular pressionaria o congresso conservador a aprovar reformas nos termos defendidos pelos radicais. Para estes, negociação e conciliação eram consideradas ofensas.

Já o presidente preferia apostar na negociação partidária, Seu objetivo era aprovar a melhor reforma possível dada a correlação de forças no congresso e necessidade de negociar para aprovar projetos. Fazia parte dessa estratégia, por exemplo, incluir o PSD na coalizão de governo (ministérios) e a nomeação de ministros palatáveis para os partidos de centro. Ambas as medidas seriam rechaçadas por Brizola e seu campo político

¹³ Dentro ISEB a polêmica o embate foi tal que em 1959 Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos e Cândido Mendes, alinhados ao nacional-desenvolvimentismo pediram demissão, sob forte crítica dos nacionalistas. Com a saída destes, prevaleceu a visão de Roland Corbesier e Nelson Werneck Sodré, contrários a presença do capital estrangeiro e alinhados ao nacionalismo radical (SKIDMORE, 1982: 460).

¹⁴ Pode-se apontar a eleição de Jânio como um contraexemplo da ideologização da política brasileira. Com efeito, falamos de um processo de ideologização e não de uma obra concluída. Além disso, recomendamos o trabalho de Jefferson Queller (Revista Tempo, V. 28, 2010) que evidencia o lado ideológico e programático de Jânio e de sua campanha, características obscurecidas pela descrição dos seus adversários.

(praticamente todo o PTB), o que impossibilitava a colaboração deste com os planos conciliatórios do presidente¹⁵.

No PSD a disputa era de cunho ideológico. Conforme narrado por Hipólito (1985), as raposas pessedistas conseguem derrotar a Ala Moça, a qual tentava assumir o comando do partido empurrando-o para a centro-esquerda. Porém, se a Ala Moça perdeu, as raposas também não ganharam. Pelos interesses econômicos de suas bases, as não pretendiam rumar para a esquerda, mas previam que uma oposição as reformas (guinada a direita) teria alto custo eleitoral.

Na UDN, a *Convenção de Vitória*, ocorrida em abril de 1961, sela a vitória de Herbert Levy e Hernani Sátiro como presidentes e vice-presidente dos partidos. Tratava-se da vitória da ala lacerdista sobre as demais alas do partido, principalmente sobre a ala “Bossa Nova”, que acabava de ser oficializada. Outros derrotados eram a centro esquerda (como Magalhães Pinto e Milton Campos) e os liberais históricos do partido, de tendência legalista. Entretanto, a projeção de não implicou no controle desse grupo sobre a bancada no parlamento¹⁶.

Sem evidências legislativas, entretanto, o argumento pode, no máximo, ser plausível e coerente. A seguir um exame legislativo da teoria que acabamos de enunciar (consolidação do PTB e da UDN e indefinição do PSD).

d) Evidências legislativas. Analisamos a seguir o resultado de 18 votações nominais ocorridas no governo Goulart apresentadas por W. G. dos Santos. Enquanto o autor usou esses dados para tratar da coesão partidária em relação ao período anterior (olhando para o conjunto da série histórica), optamos por analisar as alianças partidárias formadas nessas votações e o grau de coesão das bancadas de forma desagregada.

Na tabela I, apresentamos as possibilidades de coalizões entre os partidos nas 18 votações e em quais projetos essas coalizões ocorreram. O objetivo é verificar qual a configuração de apoio ou rejeição se formou entre os partidos em cada votação.

¹⁶ Vale lembrar que na crise envolvendo a posse de Jango, a UDN ainda não cedia as teses golpistas de Lacerda, que era contrário a posse vice-presidente. Prevaleceria a tese dos liberais do partido, a favor da legalidade. A frente deles, Adauto Lúcio Cardoso.

TABELA I
COALIZÕES LEGISLATIVAS EM 18 VOTAÇÕES NOMINAIS DO GOVERNO JOÃO GOULART (1961-64)

PSD-PTB-UDN	PSD-PTB	PSD-UDN	UDN-PTB
MDC* – TANCREDO NEVES	REMESSA DE LUCROS AO EXTERIOR	PARLAMENTARISMO (1ª VOTAÇÃO)	PROIB. DE EMPRÉSTIMOS A EMPR. ESTRANGEIRAS
APROVAÇÃO HERMES LIMA (1º MINISTRO)	CENSURAMIN. DAS REL. EXT., S. T. DANTAS	PARLAMENTARISMO 2ª VOTAÇÃO	
PRESIDENCIALISMO (1º VOTAÇÃO)	APROVAÇÃO BROCHADO DA ROCHA (1º MIN.)	APROVAÇÃO. T. DANTAS**	
PRESIDENCIALISMO (2º VOTAÇÃO)	PLEB. PRESIDENCIALISMO (1ª VOTAÇÃO.)	APROVAÇÃO DE A. MOURA ANDRADE (1º MIN.)	
	PLEB. PRESIDENCIALISMO (2ª VOTAÇÃO.)	PLEBISCITO SOBRE PRESIDENCIALISMO	
	APROVAÇÃO HERMES LIMA (1º MINISTRO)	REFORMA AGRÁRIA – GOULART	
	REFORMA AGRÁRIA - MILTON CAMPOS		

Fonte. (SANTOS, 2003: 284;301-2). * Moção de Confiança. ** A votação se referia a aprovação de San Thiago Dantas para o cargo de primeiro ministro. Entretanto, a indicação foi rejeitada.

Maiorias no interior dos três maiores partidos só ocorreram em quatro situações¹⁷. A moção de apoio a Tancredo Neves, ainda sob o parlamentarismo, indica que o político mineiro (liberal com tendências reformistas) conseguia sobrepor-se a radicalização partidária. No caso da nomeação de Hermes Lima dá-se algo parecido: um socialista que tinha apoio da esquerda, mas também era um liberal fundador da UDN¹⁸. Quanto a emenda constitucional que reestabelecia o presidencialismo, nenhum partido se dispôs a ir contra o resultado do plebiscito. Vale destacar que na votação da remessa de lucros, a radicalização ainda não havia tomado conta do sistema. Outro aspecto a ser destacado é a indefinição do PSD. O partido aliou-se a UDN em seis situações (em oposição aos trabalhistas) e se juntou ao PTB em sete votações (em oposição aos udenistas).

Entretanto, a análise do posicionamento das maiorias nos diz pouco sobre a coesão partidária (e, portanto, sobre a consolidação dos partidos). Para avaliar a coesão das bancadas, em cada votação, as bancadas foram classificadas em três categorias: **supermajoritária (SM)**, **majoritária (M)** e **dividida (D)**. Foram consideradas **supermajoritárias** as votações onde a posição majoritária da bancada foi maior que 90% dos votantes. Maiorias entre 70 e 90 por cento, foram consideradas **majoritárias**. Por fim, maiorias entre 50 e 70% foram classificadas como **divididas**.

¹⁷ Embora não seja diretamente comparável com os dados do período JK (critério diferentes na seleção de votações), vale lembrar que essa foi a configuração mais comum no governo entre 1956 e 1960.

¹⁸ Vide (BENEVIDES, 1981, 31)

Na tabela I, nas linhas temos os projetos e nas colunas temos o grau de coesão das bancadas partidárias em cada votação. As células destacadas em cinza indicam que a maioria do partido foi favorável ao projeto. Segue um exemplo. Na votação da *aprovação* de San Thiago Dantas para primeiro-ministro verificamos que o PSD era *majoritário* contra a medida, o PTB era supermajoritário (favorável a Dantas) e a UDN era *majoritária* contra o petebista¹⁹.

TABELA X

GRAU DE COESÃO NAS BANCADAS DOS PARTIDOS EM 18 VOTAÇÕES (1961-64)

PROJETOS	PSD	PTB	UDN
PARLAMENTARISMO (1ª VOTAÇÃO)	U	D	U
PARLAMENTARISMO (2ª VOTAÇÃO)	U	D	U
MOÇÃO DE CONFIANÇA - TANCREDO NEVES	U	U	U
REMESSA DE LUCROS AO EXTERIOR	D	U	D
CENSURA S. T. DANTAS (MIN. REL. EXTERIOES)	M	U	D
APROVAÇÃO DE S. T. DANTAS À 1ª MINISTRO	M	U	M* U
APROVAÇÃO DE A. MOURA ANDRADE A 1º MIN..	U	M	U
APROVAÇÃO DE BROCHADO DA ROCHA A 1º MIN.	M*	U	D
DATA DO PLEBISCITO (1º SEMESTRE DE 1963)	M	U	M
DATA DO PLEBISCITO (2ª VOTAÇÃO DO ANTERIOR)	D	U	D
DATA DO PLEBISCITO (JANEIRO DE 1963)	M	U	M
APROVAÇÃO DE H. LIMA (1º MINISTRO)	U	U	D
APROVAÇÃO DE H. LIMA (2ª VOTAÇÃO)	U	U	D
EMENDA DO PRESIDENCIALISMO	U	U	U
EMENDA DO PRESIDENCIALISMO (2ª VOTAÇÃO)	U	U	U
REFORMA AGRÁRIA (MILTON CAMPOS)	M	U	M
REFORMA AGRÁRIA (GOULART)	U	U	U
PROIB. DE EMPRÉSTIMOS A FIRMAS ESTRANGEIRAS	D	U	D

Fonte. (SANTOS, 2003: 284;301-2).

O PTB apresenta supermaiorias em 15 das 18 votações (isto é, maiorias que contam com pelo menos 90% da bancada). As três polêmicas no partido foram a adoção do parlamentarismo (maioria contrária) e a nomeação de Auro Moura Andrade (maioria contrária a nomeação). Ora, como enfatizamos anteriormente, a condição para que um partido se radicalize é que esteja coeso; do contrário, o partido pode contar no máximo com facções radicais e setores de suas bancadas podem se aliar a outros partidos, dificultando a

paralisa decisória. É incontestável que de todos os partidos, o mais avançado em matéria de consolidação era o PTB.

O PSD, nem se radicalizou nem conseguiu definir seu lado durante o período. Em seis oportunidades o partido foi majoritário, em três esteve dividido e em nove o partido alcançara supermaiorias. Nos quatro projetos referentes ao desenvolvimento, o partido esteve dividido (a favor) da limitação da remessa de lucros e dividido (contra) a proibição de empréstimos a firmas estrangeiras. O partido também foi majoritário (contra) o projeto de reforma agrária do udenista Milton Campos (votação ao qual se juntou ao PTB, unânime contra a proposta).

Os pessedistas só alcançariam a supermaiorias em matérias relacionadas ao desenvolvimento na votação do projeto de reforma agrária do governo. Entretanto, essa votação não pode ser interpretada como radicalismo dos pessedistas. afinal o partido flexibilizara bastante sua posição inicial sobre a reforma para chegar a um acordo, enquanto o PTB, este sim radicalizado, não se dispôs a negociar qualquer mudança em seu projeto. (FERREIRA, 2010: 367). A unanimidade do PSD era uma resposta a intransigência do PTB, observada ao longo de mais de cinco meses de discussão da matéria.

A UDN dividiu-se em sete votações, foi majoritária em quatro e alcançaria supermaiorias em sete. Entre as unanimidades, duas diziam respeito a adoção do parlamentarismo, duas se tratava da emenda do presidencialismo (após o plebiscito) e duas diziam respeito a aprovação de primeiros-ministros. Portanto, a afora as discussões sobre sistema de governo, a UDN só alcançaria supermaioria em uma oportunidade: projeto de reforma agrária do PTB.

É difícil sustentar que essa quase unanimidade contra o projeto do PTB seja um exemplo da consensual aversão às reformas dentro da UDN. Basta comparar como o partido se comportou nas demais votações sobre o desenvolvimento. Ora, na questão da remessa de lucros o partido esteve dividido e 20 dos 43 deputados udenistas votantes (46%) eram favoráveis ao projeto, como a unanimidade petebista. Noutro tema caro as reformas, a proibição de empréstimos de bancos públicos a empresas estrangeiras, o partido estava dividido mais uma vez, sendo que 32 de seus deputados votantes (53%) foram favoráveis ao projeto, aliando-se a unanimidade no PTB. Por conseguinte, consideramos uma anomalia um partido com esse perfil, onde raramente se encontrava unanimidade e sempre se dividia em relação as reformas, tenha se voltado de forma tão decidida contra o projeto de reforma agrária do governo. Nada menos que 71, dos 72 udenistas presentes, se voltaram contra o projeto, perfazendo 98%!

A atuação do campo lacerdista no sentido de disciplinar a radicalizar o partido contra o governo é cristalina. A comissão criada para apreciar a emenda de reforma agrária do PTB acaba por aprovar um projeto semelhante ao petebista, sob a influência de seus setores mais reformistas (Bossa Nova, centro-esquerda e liberais). Entretanto, no fim de abril a Convenção Nacional do partido reverte essa posição e passa a rejeitar integralmente o projeto de emenda constitucional, sob o lema “a constituição é intocável”²⁰. Mais reveladora foi a substituição de dois membros do partido na comissão parlamentar que apreciava a proposta: Bilac Pinto e Adauto Lúcio Cardoso foram substituídos por Aliomar Baleeiro e Ernani Sátiro. Embora o primeiro fosse do campo lacerdista, especificamente nesse caso sua posição era mais favorável a reforma agrária; Cardoso, membro da ala liberal do partido, tinha posição ideológica mais aberta as reformas (FIGUEIREDO, 1993: 118)²¹.

O recurso a Convenção Nacional para minar a liberdade de atuação das alas e facções é um símbolo da radicalização, empregada no momento crucial para a estabilidade do regime. Se era uma questão de honra para Jango e para o PTB a aprovação da emenda da reforma agrária, era uma questão de honra para o campo lacerdista barrá-la.

Conclusão

A campanha eleitoral e as políticas de JK ensejaram a criação de facções progressistas nos partidos e da FPN. A atuação dessas colocou o tema do desenvolvimento no centro do debate nacional (já no fim do governo). A partir de 1961, a politização do tema do desenvolvimento força os partidos a se posicionarem claramente sobre o tema. Isso só seria possível pela consolidação dos partidos políticos (partidarização), isto é, superação das divisões internas (atuação de facções e deputados sem ideologia clara) e fortalecimento da disciplina (senão em nível geral, pelo menos no momentos cruciais).

Diante desse quadro, o PTB torna-se coeso e radical e a UDN, embora em geral dividida, radicaliza-se no momento crucial. O PSD, por seu turno, não consegue se definir nesse processo e seus esforços no sentido de encontrar um denominador comum, esbarram na intransigência dos petebistas Goulart, embora tenha cometido erros (sobretudo na área militar), se empenhou efetivamente para alcançar um acordo partidário sobre as reformas.

²⁰ Por trás dessa disputa pelo posicionamento do partido a respeito da reforma, estava a batalha dos governadores de Minas Gerais, Magalhães Pinto (de centro-esquerda) e o governador da Guanabara Carlos Lacerda (direitista radical). A aposta deste era que barrar qualquer reforma petebista fortaleceria sua candidatura em 1965. Ver Skidmore (1982: 303).

²¹ Adauto Lúcio Cardoso era o líder da UDN na época em que os militares impuseram um veto a posse de Jango. Sua atuação legalista fora na contramão da estratégia defendida por Lacerda.

Entretanto, sua situação era difícil: seu próprio partido, convidando-o à radicalização, negava-lhe apoio nas negociações parlamentares.

Por fim, um juízo sobre a radicalização. O trabalho de Antônio Lavareda (1991) revelou pesquisas do IBOPE que ajudam a entender o eleitorado brasileiro no período. Pesquisa realizada entre junho e julho de 1963 nas 10 maiores capitais perguntava qual a hipótese deveria ser adotada pelo governo brasileiro (esquerda, direita e centro; havia ainda nomes que representavam essas ideias). Apenas 23% preferiam a linha de esquerda (representada por L. Brizola e M. Arraes), sendo 13% os que apoiam a linha de direita (representada por C. Lacerda e A. de Barros). Alinhados com a perspectiva de centro (representada por JK e M. Pinto), estavam 45% dos entrevistados.

Já em março de 1964, sobre a necessidade de uma reforma agrária, em oito capitais, revelou que 72% eram favoráveis a reforma, muito embora 56% entendessem que as indenizações deveriam ser pagas a vista ou reajustáveis contra a inflação (17% defendiam títulos não reajustáveis e 27% não sabiam). Os contrários a realização do Partido Comunista somavam 72% dos entrevistados. O presumível viés da pesquisa sobrepraesenta o eleitorado urbano, considerado mais progressista.

Ou seja, JK, agora pró reformas distributivas, foi aparentemente o único líder político a entender a divisão ideológica do eleitorado brasileiro. A radicalização foi uma política deliberada pelas elites do PTB e UDN, mirando o crescimento dos partidos e as eleições de presidenciais de 1965. Ao que tudo indica, a estratégia da radicalização seria desastrosa também nas urnas, como fora para a própria experiência democrática brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. A UDN e o udenismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- COELHO, Sandro. O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira. Revista Brasileira de História, v.23,nº46 2003.
- DELGADO, Lucília. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. Revista Brasileira de História, v.21, número 27, 1994.
- _____. O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964. Revista Tempo, v.28, 2010.
- _____. PTB: do getulismo ao reformismo (1945-64). São Paulo, ed. Marco Zero, 1989.
- FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. . Revista Brasileira de História, v.24, nº 47, 2004.
- _____. O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964. in: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3ª ed., 2010.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História, v.24, nº 47, 2004.
- FIGUEIREDO, Argelina. Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-4. São Paulo, ed. Paz e terra, 1993.
- HIPÓLITO, Lúcia. De raposas e reformistas – o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- LAVAREDA, Antônio. A democracia nas urnas: o processo eleitoral partidário brasileiro. Rio de Janeiro, ed. Rio Fundo, 1991.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. in: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 3ª ed., 2010.
- QUELER, Jefferson. Quando o eleitor faz a campanha política: engajamento popular na campanha eleitoral de Jânio Quadros (1959-60). Revista tempo, v.28, 2010.
- RAMPINELLI, Waldir José. O PCB e sua atuação nos anos 50 (entrevista a Jacob Gorender). Revista Brasileira de História, v.23, nº45, 2003.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira. Belo Horizonte, ed. UFMG, 2003.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 9ª ed., 1982.

TOLEDO, Caio Navarro de. A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964. Revista Premissa Eletrônica, 1ª edição, 2006.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. Revista Brasileira de História, v.24, nº 47, 2004.